

SUMÁRIO

TRF-4

*500 Questões Gabaritadas
Analista e Técnico Judiciário*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	74

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	30

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	9

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	35

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	34

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	31

SUMÁRIO



1. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

Direito natural e direito dos homens

O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande principio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: “Não façás o que não gostarías que te fizessem”.

Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar. “Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma *

O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.

(Adaptado de: VOLTAIRE. Tratado sobre a tolerância. Trad. Ana Luíza Reis Bedé. São Paulo: Martim Cererê, 2017, p. 36)

Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2º pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:

- (A) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
- (B) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
- (C) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
- (D) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
- (E) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.

2. FCC - 2024

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar O instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume Rousseau = Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)



1. FCC - 2024

A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

- (A) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, Inclusive o Ministério Público.
- (B) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.
- (C) terá sempre eficácia inter partes, Independentemente do seu desfecho, Isto é, se procedente ou improcedente a ação.
- (D) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada Improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá Intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (E) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita.se a esta sistemática.

2. FCC - 2018

Segundo o disposto na Lei nº 7.853/1989, constitui crime apenado com reclusão obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência. A pena prevista em abstrato é de

- (A) 3 a 5 anos e multa.
- (B) 1 a 3 anos e multa.
- (C) 6 meses a 2 anos e multa.
- (D) 2 a 4 anos.
- (E) 2 a 5 anos e multa.

3. FCC - 2018

Na área da saúde, a Lei nº 7.853/1989 prevê como promoção de ação preventiva em benefício da pessoa com deficiência

- (A) o incentivo à pesquisa tecnológica em áreas do conhecimento.
- (B) a criação de serviços de reabilitação.
- (C) a imunização.
- (D) o desenvolvimento de programas de saúde com a participação da sociedade.
- (E) a garantia do atendimento domiciliar.

**1. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 332/2020 do CNJ, qual é o principal objetivo da utilização da Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário?

- (A) Substituir integralmente a atuação dos magistrados em decisões repetitivas.
- (B) Reduzir o número de processos judiciais através da automação.
- (C) Promover o bem-estar dos jurisdicionados e assegurar a prestação equitativa da jurisdição.
- (D) Criar bases de dados internacionais para compartilhamento entre tribunais.
- (E) Tornar a decisão judicial exclusivamente baseada em algoritmos de previsibilidade.

2. (2025)

Nos termos da Resolução nº 332/2020 do CNJ, a implementação da Inteligência Artificial no Judiciário deve ser compatível com:

- (A) A livre concorrência entre empresas de tecnologia.
- (B) As decisões administrativas do CNMP.
- (C) A segurança pública e a política econômica vigente.
- (D) Os Direitos Fundamentais previstos na Constituição e em tratados internacionais.
- (E) Os princípios da Lei das Estatais.

3. (2025)

Conforme a Resolução nº 332/2020 do CNJ, os dados utilizados no treinamento de modelos de IA devem ser:

- (A) Selecionados exclusivamente por empresas terceirizadas.
- (B) Baseados em informações de redes sociais.
- (C) Provenientes de fontes seguras, preferencialmente governamentais.
- (D) Disponibilizados sem restrição de acesso.
- (E) Coletados anonimamente, sem necessidade de rastreamento.

4. (2025)

A Resolução nº 332/2020 do CNJ estabelece que, caso se identifique viés discriminatório em modelos de IA, os tribunais devem:

- (A) Reduzir sua aplicação apenas a áreas técnicas.
- (B) Corrigir o viés ou, se não for possível, descontinuar o uso da ferramenta.
- (C) Notificar o usuário externo sobre a presença do viés.
- (D) Arquivar o projeto e impedir sua análise posterior.
- (E) Encaminhar o modelo à Corregedoria Nacional para homologação.

**1. (2024)**

Assinale a opção que indica corretamente uma diretriz da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- (A) o apoio e o fomento às atividades que efetivamente reduzam as emissões ou promovam as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa
- (B) a promoção de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, em escala regional, dentro do território brasileiro, para o financiamento de ações de mitigação da mudança climática
- (C) o estímulo à participação da sociedade civil, mediante referendo, no planejamento de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima
- (D) a utilização de indicadores sociais, como índice de desenvolvimento humano (IDH), para promover ações de adaptação à mudança do clima
- (E) o desenvolvimento tecnológico de combate às mudanças climáticas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa federais, em observância das premissas do Observatório do Clima das Nações Unidas

2. (2024)

Sobre a Política Nacional das Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187/2009), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Compreende-se os efeitos adversos da mudança do clima como mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- (B) As ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam, sempre que possível, mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação a posteriori representam uma das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- (C) As instituições financeiras oficiais poderão disponibilizar linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei Federal nº 12.187/2009 mediante procedimento licitatório específico para esses fins.
- (D) Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos dessa Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- (E) São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica.

3. (2024)

A Lei nº 12.187/2009 dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Nessa legislação há o seguinte conceito: “os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais”. Trata-se de

- (A) efeitos adversos.
- (B) impacto.
- (C) vulnerabilidade.

**1. 2024**

A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada

- (A) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.
- (B) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.
- (C) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.
- (D) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.
- (E) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.

2. 2024

A autarquia pertence à Administração Pública

- (A) central, executando serviços básicos à população.
- (B) independente, relacionada ao terceiro setor.
- (C) direta e designa uma espécie de desconcentração por serviços.
- (D) indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços.
- (E) fundacional, exigindo-se criação por lei.

3. 2024

Acerca da organização da Administração Pública, são pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta

- (A) os serviços sociais autônomos.
- (B) as agências reguladoras.
- (C) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.
- (D) a União, Estados e Municípios.
- (E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

4. 2024

Podem se constituir como pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado

- (A) as empresas públicas e as organizações sociais.
- (B) os serviços autônomos e as autarquias profissionais.
- (C) as empresas subsidiadas e as sociedades de economia mista.



Raciocínio Lógico-Matemático

1. (2024)

Em uma eleição para presidente de um clube, havia quatro candidatos, A, B, C e D, e 600 eleitores. Cada eleitor votou em um, e apenas um, dos candidatos. Do total de eleitores, 40% eram mulheres e os demais, homens. O candidato A recebeu 35% dos votos dos eleitores homens e o candidato B recebeu metade dos votos dos eleitores homens. Os candidatos C e D receberam o mesmo número de votos dos eleitores homens. O candidato A recebeu 20% dos votos das eleitoras mulheres. Entre as eleitoras mulheres, o candidato B obteve 8 votos a mais do que o candidato C e 10 votos a mais do que o candidato D. Nessa eleição, a soma dos votos recebidos pelos candidatos B e D foi

- (A) 263.
- (B) 129.
- (C) 268.
- (D) 337.
- (E) 406.

2. (2024)

Em 1980 a diretoria de uma fábrica de transistores decidiu, que em 20 anos deveria aumentar a sua produção anual em 60%. A produção anual da fábrica após 20 anos foi de 4 000 transistores, exatamente 60% maior do que em 1980. A produção de transistores dessa fábrica em 1980 era de

- (A) 1 500.
- (B) 2 500.
- (C) 3 500.
- (D) 1 250.
- (E) 2 250.

3. (2024)

A biblioteca de Alberto contém livros escritos em inglês, francês e português. Do total de livros, 50% foram escritos em português e 10% são livros com capa dura.

Dos livros escritos em português, 8% têm capa dura. A porcentagem de livros de capa dura escritos em inglês ou francês é

- (A) 16%
- (B) 12%
- (C) 14%
- (D) 20%
- (E) 18%